

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AC

Estudo Técnico Preliminar 1/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08490.006187/2025-59

2. Descrição da necessidade

O objeto da licitação é a contratação de empresa especializada em serviços gerais para a realização de reformas diversas em um edifício anexo da Polícia Federal de Santa Catarina - SC.

A presente contratação busca, por meio de empresa especializada em serviços gerais, a correção de patologias construtivas, de uso e de tempo no prédio anexo da Polícia Federal de Santa Catarina.

As patologias que precisam de intervenção são principalmente relacionadas com desgastes de uso e maresia.

Além de sanar essas patologias, a contratação pretende realizar melhorias e adaptações diversas no prédio, a fim de proporcionar as melhores condições para uso das estruturas físicas existentes, maior durabilidade, melhor ocupação de espaços, mais conforto e segurança para a edificação como um todo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SR/PF/SC	Renan Trebien

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto da licitação é a contratação de empresa especializada em serviços gerais para realização de reformas diversas em um edifício anexo da Polícia Federal de Santa Catarina - SC.

Todos os serviços deverão ser executados sob responsabilidade direta e exclusiva da CONTRATADA, resguardada a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos em cada atividade. A CONTRATADA deverá executar todos os serviços de acordo com o Termo de Referência, Edital e seus Anexos e em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas.

Todo e qualquer serviço terá que ser executado por profissionais habilitados para os fins específicos. Caberá a CONTRATADA o pagamento de todos os encargos sociais, trabalhistas, patronais, taxas, impostos, emolumentos, licenças, alvarás, certidões, placas e tudo o mais que se fizer necessário para o bom desempenho do serviço.

Os materiais empregados deverão ser os especificados conforme o Termo de Referência e nas Normas Técnicas da ABNT com qualidade comprovada e material de primeiro uso; reservado à Fiscalização o direito de recusar os que julgarem de má qualidade.

Será de responsabilidade da contratada a execução dos serviços, inclusive todo e qualquer acabamento e recomposição que se fizerem necessários à sua perfeita realização, bem como o transporte interno e externo dos equipamentos e materiais.

Os itens especificados deverão ser instalados tomando o devido cuidado para não danificar ou sujar o material e as instalações adjacentes.

Havendo qualquer dano nas instalações adjacentes, a contratada deverá substituir ou consertar sem ônus para a contratante.

Os serviços são caracterizados como de natureza não continuada.

Os serviços serão executados conforme especificações indicadas no Termo de Referência, em datas e horários a serem acordados com a Fiscalização. Salienta-se que a reforma será executada com a manutenção regular dos serviços e atividades desenvolvidos na delegacia, assim, horários, datas e locais que sofrerão intervenção deverão ser objeto de rigorosa programação e coordenação com todos os envolvidos. Esse fato foi considerado na elaboração do cronograma anexo do Termo de Referência e não poderá ser utilizado como justificativa para atraso dos serviços ou solicitação de extensão do prazo de obra.

A limpeza do local de execução do serviço, objeto da contratação, o descarte e a destinação dos materiais/entulhos deverão ser realizados pela Contratante, de forma ambientalmente correta, não provocando contaminação do meio ambiente. Todos os ambientes afetados pela reforma deverão ser mantidos limpos e em condições para realização das atividades do órgão durante todo o período da obra.

O prazo de execução dos serviços será de dois meses, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

A empresa deverá ter conhecimento e domínio dos documentos que integram a contratação (projetos, memoriais descritivos, Termo de Referência, Edital e Contrato) e/ou dirimir suas dúvidas acerca da execução dos trabalhos e do contrato, e/ou eventuais incompatibilidades entre os documentos que compõe a contratação, anteriormente ao início dos serviços, não sendo aceita a alegação de necessidade de ajustes no contrato, nas técnicas construtivas ou em quaisquer outros pontos de ordem técnica como justificativa para atrasos, paralisações ou prorrogações de prazo.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi feito com base no histórico recente de contratações bem sucedidas realizadas pelo GTED/SR/PF/SC. Para a realização dos serviços que fazem parte do objeto da contratação a melhor solução é a contratação de empresa especializada em serviços gerais, com a capacidade de atuar em diversas frentes e mão de obra diversificada para atender a todas as demandas que fazem parte do escopo do objeto.

Além disso, foi usado a planilha SINAPI para a realização das cotações. Entre outros como pesquisa de preços e pesquisa de mercado local.

6. Descrição da solução como um todo

A solução encontrada para a contratação foi a realização de procedimento licitatório com base na Lei 14.133/2021 para a contratação de empresa especializada em serviços gerais para a realização dos serviços que compõe o objeto. Considerando as características do objeto a ser contratado, a modalidade da licitação será o Pregão na sua forma eletrônica.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade a ser contratada está especificada em planilha orçamentária anexa ao Termo de Referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 150.000,00

O valor aproximado é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/21, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala

O levantamento das atividades a serem realizadas na contratação, indica que se tratam de serviços gerais, que poderão ser realizados por uma única empresa, gerando economia na mobilização de pessoal para a execução dos trabalhos.

Portanto, com relação à IN SEGES/MP 05/2017, ao § 2º art. 40 da Lei 14.133 / 2021 e à Súmula 247 – TCU, optou-se pelo não parcelamento da licitação, pois a existência de diferentes empresas realizando serviços assemelhados, subsequentes e complementares torna o contrato técnica, econômica e administrativamente desfavorável à Administração. O parcelamento poderá ocasionar prejuízo para o conjunto da solução e perda de economia de escala.

O parcelamento do objeto poderia causar problemas de compatibilidade entre as diferentes peças que compõem o escopo completo do objeto

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação não foi prevista no

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação pretende corrigir diversas patologias prediais que estão causando prejuízos e transtornos. Além disso pretende proporcionar melhorias diversas nos sistemas, instalações e espaços da edificação.

Os benefícios a serem conquistados é proporcionar melhor ambiente de trabalho para os servidores. Além disso, a reforma possibilita a restauração de um bem público para ser utilizado, pois hoje está com impossibilidade de uso devido a conservação atual.

13. Providências a serem Adotadas

Não é necessária a adoções de medidas complementares além das obrigatórias para contratação do serviço e sua execução.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não são esperados impactos ambientais além dos de praxe para execução de obras comuns de engenharia, tais como o aumento do consumo de água e energia, além da produção de resíduos construtivos. Mas a contratada deverá respeitar as normas vigentes, o edital e os documentos técnicos deste processo para minimizar esses impactos.

Serão tomadas todas as medidas necessárias e exigidas na legislação para mitigar os impactos ambientais gerados.

Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENAN TREBIEN

Escrivão de Polícia Federal



Assinou eletronicamente em 26/12/2025 às 13:53:10.